

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas

Públicas – FACE

Departamento de Gestão de Políticas Públicas

ARYANE RODRIGUES CAVALCANTI

**ESCOLA DO TRABALHADOR: uma análise do uso das
tecnologias digitais em políticas públicas de qualificação
e suas implicações**

Brasília – DF

2019

ARYANE RODRIGUES CAVALCANTI

**ESCOLA DO TRABALHADOR: uma análise do uso das
tecnologias digitais em políticas públicas de qualificação
e suas implicações**

Relatório de pesquisa a ser
apresentado como trabalho de
conclusão da disciplina de “Residência
em Políticas Públicas”.

Orientadora: Prof^a. Dra. Christiana
Soares de Freitas

Brasília – DF

2019

RESUMO

Essa pesquisa buscou conhecer as implicações do uso dos recursos tecnológico-informacionais empregados na Escola do Trabalhador, que é uma política pública de qualificação a distância. Para isso foi realizada uma imersão junto a Universidade de Brasília, que sedia a coordenação da política pública, a fim de observar a dinâmica da gestão bem como realizar a coleta de dados. A metodologia escolhida foi a mista, com coletas de dados sobre os cursistas inscritos no projeto, realização de entrevistas com coordenadores e da observação participante na organização. Os resultados encontrados mostraram que a política pública atinge principalmente o público feminino, jovem, que vive na região sudeste, tendo um grande alcance geográfico em território nacional. Com base nos resultados, concluiu-se que o uso das tecnologias de informação e comunicação em políticas públicas de qualificação a distância tende a democratizar o acesso à qualificação; porém, devido ao baixo investimento em educação e infraestrutura no país, também exclui aqueles indivíduos com baixo letramento e que vivem em regiões com baixa infraestrutura para acesso à internet.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1.Descrição da Unidade de Análise e Objetivo Geral.....	4
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
2..1. Políticas Públicas e Tecnologia.....	6
2.2. Educação e Mercado de Trabalho	8
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	9
4. .DIAGNÓSTICO DA POLÍTICA PÚBLICA	12
4.1.Os recursos tecnológicos da Escola do Trabalhador	13
4.2.Análise dos cursos	144
4.3.Análise de público da Escola do Trabalhador	177
4.4.Análise dos números de certificados por curso	20
4.5.Análise na visão do gestor	233
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	255
REFERÊNCIAS.....	288
ANEXOS	3131

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Cursos Disponibilizados pela Escola do Trabalhador	2
Tabela 2 - Eixos Temáticos do Projeto Escola do Trabalhador.....	3
Tabela 3 - Número de inscritos por curso ofertado	15
Tabela 4 - Número de inscritos por gênero	17
Tabela 5 - Número de Inscritos por região	18
Tabela 6 - Números divulgados pelo portal no dia 25 de setembro de 2019	20
Tabela 7 - Número de certificados por curso.....	20
Tabela 8 - número de alunos, matrículas e qualificações até o dia 30/09/2019 ..	211

1. INTRODUÇÃO

Após a constatação de que trabalhadores não estão conseguindo emprego por falta de qualificação profissional, o Governo Federal lançou, em novembro de 2017, a política pública Escola do Trabalhador. A Escola do Trabalhador é uma política pública que oferece qualificação à distância de forma gratuita, por meio de uma plataforma digital online integrada, que tem como objetivo, não só a disponibilização de cursos de qualificação profissional em um Ambiente de Aprendizagem Virtual – AVA, bem como de realizar o monitoramento do mercado de trabalho no Brasil, visando melhorar as condições de empregabilidade dos trabalhadores.

A Escola do Trabalhador é fruto de uma parceria de pesquisa do Governo Federal com a Universidade de Brasília - UnB. A UnB – que desenvolveu a plataforma digital – é responsável pela elaboração, disponibilização e certificação dos cursos, pelo acompanhamento da trilha formativa dos trabalhadores que se matriculam no curso, bem como pela avaliação da inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho após a certificação digital.

A UnB foi a primeira universidade do Brasil a implementar a modalidade de ensino a distância baseado no modelo inglês, que foi desenvolvido pela Universidade do Reino Unido, *Open University*, no ano de 1979. No Brasil, recebeu o nome de Universidade Aberta do Brasil – UAB – (AZEVEDO, 2012). Isso proporcionou a Universidade de Brasília a expertise necessária para desenvolver técnicas e tecnologias voltadas para essa modalidade de ensino, tornando-a referência nacional nessa área.

A política é, atualmente, executada pelo Ministério da Economia, que tem como uma de suas competências a formulação de políticas e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador (BRASIL, 2019). A Escola do Trabalhador é financiada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, que é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério da Economia pela Secretaria Especial de Fazenda que, além da Escola do Trabalhador, também financia programas como: Seguro Desemprego; Abono

Salarial e de Desenvolvimento Econômico (FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR, 2018).

O projeto previa inicialmente a disponibilização gratuita de 50 cursos, que são definidos após realização de pesquisas sobre as demandas do mercado de trabalho (PORTAL EMPREGA BRASIL, 2017). Contudo, até a finalização deste trabalho, a plataforma online contava com 36 cursos divididos em 12 Eixos Temáticos, sendo eles:

Tabela 1 - Cursos Disponibilizados pela Escola do Trabalhador

1.Agenciamento de viagens
2.Agente Comunitário de Saúde - Planejamento e desenvolvimento das ações do ACS no SUS
3.Análise de Investimento
4.Análise de riscos na construção civil
5.Comunicação Escrita para o Trabalho
6.Conhecendo a Função de Agente de Microcrédito
7.Conhecendo o perfil do agente comunitário de saúde e o seu processo de trabalho
8.Criando um negócio de sucesso
9.Cuidando de Pessoas Idosas
10.Demonstrações Contábeis e sua Análise
11.Economia Solidária
12.Edição e tratamento de imagens
13.Elaboração de folha de pagamento de empresas
14.Empreendedorismo na pesca
15.Espanhol aplicado ao trabalho
16.Excel Avançado
17.Excel Intermediário
18.Ferramentas de Gestão de Pessoas
19.Fundamentos e Processos de gestão de Recursos Humanos
20.Gestão da Qualidade
21.Higiene na indústria de alimentos
22.Identidade Visual e Gestão de Clientes
23.Inglês aplicado ao trabalho
24.Internet das coisas Arduino
25.Introdução à Fotografia
26.Introdução ao Excel
27.Introdução ao LibreOffice Calc
28.Jornada Empreendedora
29.Krita
30.Meio Ambiente Introdução ao Ciclo de Vida
31.Planejamento de negócios na pesca
32.Português básico para o mundo do trabalho
33.Português para Hispanofalantes
34.Processos Industriais
35.Segurança da Informação
36.Tecnologias de uso racional da água Ambientes Domiciliares

Fonte: Escola do Trabalhador (2017).

Como citado, os cursos são divididos em 12 Eixos Temáticos, podendo um curso corresponder a mais de Eixo Temático, sendo eles:

Tabela 2- Eixos Temáticos do Projeto Escola do Trabalhador

1. Informação e Comunicação
2. Controle e Processos Industriais
3. Ambiente e Saúde;
4. Infraestrutura
5. Turismo, Hospitalidade e Lazer
6. Gestão e Negócios
7. Recursos Naturais
8. Produção Industrial
9. Desenvolvimento Educacional e Social
10. Produção Cultural e Design
11. Produção Alimentícia
12. Segurança

Fonte: Escola do Trabalhador (2017).

Cada curso possui carga de 40 horas, que correspondem a 2 meses, tempo considerado suficiente para a realização do curso. Os cursos são autoinstrucionais ou MOOC – *Massive Open Online Course*, o que significa que não precisam de tutores, mas caso o aluno precise de assistência, existem canais de comunicação pelo portal online. A política pública tem como público alvo indivíduos empregados ou desempregados que procuram uma qualificação profissional. Para se matricular em um, ou mais cursos, o interessado não precisa comprovar nível de escolaridade e nem aguardar a formação de turmas, podendo iniciar seus estudos assim que concluir a etapa de matrícula. Para se matricular, o interessado precisa fornecer, para fins de cadastro, um e-mail, o nome completo, o número de Cadastro de Pessoa Física – CPF - que é validado junto ao banco de dados do governo - e confirmar o reCAPTCHA. Após a etapa citada, o aluno recebe um e-mail de confirmação de matrícula da Escola do Trabalhador, que libera o acesso ao curso. Os cursos são livres, não possuindo, portanto, restrição de idade, mas é importante ressaltar que menores de 14 anos não podem utilizar o certificado emitido para exercer atividade laboral, salvo em condição de Menor Aprendiz até os 16 anos, em conformidade com a Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que “Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-

Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943”, que estabelece as regras para contratação de Menor Aprendiz Os cursos permanecem no ar de forma contínua, podendo ser acessados por computador, *tablet* ou *smartphone*, ou mesmo de forma *offline*, caso o aluno opte por fazer o download dos arquivos. Todas essas medidas visam a melhorar a acessibilidade, oferecendo ao cursista a possibilidade de escolher melhor seus horários e sua maneira de estudar (PORTAL EMPREGA BRASIL, 2017).

Para emitir a certificação digital dada pela UnB, o cursista deve concluir as seguintes etapas. 1- realizar todas as atividades propostas pelo curso escolhido; 2- realizar o teste final online e obter a nota mínima de 5 pontos (em escala de 0 a 10); 3- responder o questionário de satisfação disponibilizado ao final do curso. Após a realização dessas etapas, a emissão do certificado digital é liberada e basta o aluno fazer a solicitação na própria plataforma *online*.

O portal, além de fornecer cursos a distância, oferece serviços como a divulgação de notícias e o monitoramento das demandas do mercado de trabalho, que é realizado com base no cruzamento de dados do CPF dos cursistas, fornecido no ato da matrícula, com o banco de dados do Ministério da Economia e de órgãos da Administração Pública Federal, como: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED; Classificação Brasileira de Ocupações - CBO; Seguro Desemprego - SD; Intermediação de Mão de Obra - IMO; e da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Esse cruzamento de dados permite o programa criar indicadores como:

- Caracterização de Mão e Obra;
- Mapa de Demanda por Qualificação Profissional;
- Perfil do Trabalhador;
- Perfil do Trabalhador - Aprendiz; e
- Painel do Aluno.

1.1. Descrição da unidade de análise e objetivo geral

Tendo em vista a complexidade dessa política pública, este trabalho de pesquisa buscou averiguar apenas os aspectos que tangem as implicações do uso dos recursos tecnológico-informacionais utilizados pelo projeto de qualificação a distância, Escola do Trabalhador, para a capacitação e fomento à empregabilidade

dos trabalhadores no Brasil, tendo como base norteadora a seguinte questão: Quais as implicações do uso dos recursos tecnológico-informacionais utilizados pelo projeto de qualificação a distância, Escola do Trabalhador, para a capacitação e fomento à empregabilidade dos trabalhadores no Brasil hoje?

Para responder à questão principal, o trabalho buscou:

- Apontar os recursos tecnológicos empregados na Escola do Trabalhador;
- Verificar quais cursos ofertados pela Escola do Trabalhador foram os mais procurados pelos trabalhadores;
- Analisar a efetividade dos cursos no que tange ao número de inscritos e de certificados por curso;
- Analisar o alcance do projeto pelos seguintes dados: número de municípios, por faixa etária e por gênero.

A Escola do Trabalhador é um exemplo prático de que os avanços tecnológicos trazem inúmeras mudanças nas interações sociais, como as relações de trabalho e emprego, bem como na forma de fazer políticas públicas. Com base nessa teoria, esse trabalho procurou analisar se as implicações da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs, empregadas em uma política pública de qualificação a distância potencializam, ou não, a relação entre qualificação e empregabilidade no Brasil de hoje.

Para realização dessa pesquisa, foi feita uma imersão, proporcionada pela disciplina Residência em Políticas Públicas, junto à organização responsável pela política pública. A imersão foi realizada no período de 26 de agosto de 2019 a 11 de outubro do mesmo ano, no prédio Oficina de Maquete e Protótipos, mais conhecido como Maquete. Esse prédio pertence ao Instituto de Artes, localizado na Universidade de Brasília, no campus Darcy Ribeiro. A Maquete foi o local escolhido para a imersão por abrigar a sede da coordenação do projeto.

Durante a imersão, foi possível acompanhar as atividades da coordenação do projeto *in loco*, durante o contexto de encerramento em que se encontrava a Escola do Trabalhador. Junto à coordenação, foi possível ter acesso a dados quantitativos e qualitativos, coletados pela equipe de pesquisadores do projeto, bem como obter novos dados por meio de entrevistas. Também foi feita uma revisão

documental do período correspondente a novembro de 2017 a setembro de 2019, ano em que ocorreu o início do encerramento unilateral precoce das atividades do projeto, que foram finalizadas oficialmente no final do mês de outubro. A previsão de término original era para fevereiro de 2020.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Políticas públicas e tecnologia

De acordo com Howlett, Ramesh, & Perl (2009), existem várias definições de políticas públicas, onde todas, de uma certa forma, tentam relacionar a ideia de que “*policy-making* é um processo técnico-político que busca a compatibilização de objetivos entre atores sociais sujeitos a restrições”. O autor passa pela definição de Thomas Dye (1972, p.2. *apud* HOWLETT *et al.*, 2013, p.6), em que políticas públicas são “tudo o que um governo decide fazer ou deixar de fazer” e pela definição apresentada por Jenkins (1978, *apud* HOWLETT *et al.*, 2013, p.8) em que políticas públicas são “um conjunto de decisões inter-relacionadas tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, e que dizem respeito à seleção de objetivos e dos meios necessários para alcançá-los, dentro de uma situação específica em que o alvo dessas decisões estaria, em princípio, ao alcance desses atores.”.

Devido a existência de inúmeras definições de políticas públicas, serão utilizadas, como base de análise, as definições citadas acima, já que o projeto em questão é uma política pública de iniciativa governamental, que lançou mão de recursos tecnológicos de comunicação disponíveis no mercado, para solucionar um problema social, o desemprego. Em outras palavras, o Portal Escola do Trabalhador é, portanto, o meio escolhido pelo governo para implementar a política pública que visa alcançar o objetivo de qualificar trabalhadores e, conseqüentemente, reduzir o desemprego.

Do final do século XIX para o início do século XX, o mundo passou por um processo de rápida expansão tecnológica, criando novas possibilidades de produção, consumo, relação social e de trabalho. Para Manuel Castells (2005), a forma como a sociedade, na figura do governo, encara os avanços tecnológicos

pode determinar a capacidade de transformação da sociedade. O domínio dos meios tecnológicos por parte da sociedade pode modificar o destino da economia, do poder militar e do bem-estar social. Portanto, o investimento em tecnologia se tornou um fator crucial para promover o crescimento socioeconômico, já que boa parte da economia mundial passou a depender desses avanços tecnológicos, afetando principalmente áreas como a educação e o mercado de trabalho.

Assim como o investimento em tecnologia, o investimento em educação e capacitação profissional também se tornou crucial para o desenvolvimento de um país. Países em desenvolvimento, como o Brasil, tendem a sentir mais as mudanças na economia, que muitas vezes são impulsionadas pelos avanços tecnológicos. No caso do Brasil, o país enfrenta com certa frequência: escândalos políticos, o que dificulta elaboração e aprovação de novas leis; problemas estruturais, como a precariedade do acesso à internet em determinadas regiões do país; a baixa escolarização da população, que culmina na baixa qualificação profissional. Todos esses fatores, dificultam a incorporação e o desenvolvimento dessas novas tecnologias, tornando o Brasil menos competitivo e mais suscetível às variações do mercado mundial, já que não produzindo novas tecnologias, acabam por depender do que é gerado pelos países desenvolvidos.

Hoje em dia, o uso da internet se tornou essencial em uma sociedade em rede¹. Toda a sociedade encontra-se conectada à internet, até mesmo coisas simples como televisores, ou objetos que são imprescindíveis como os *smartphones*, encontram-se conectados, mostrando a importância que os meios de comunicação e informação tecnológicos ganharam no nosso dia-a-dia. Hoje o mundo é moldado e se molda pela maneira como lidamos com o uso da internet. Setores estratégicos como os órgãos governamentais, o setor da produção, da educação e principalmente o mercado de trabalho, procuram se adaptar a essa nova forma de interagir e investem muito em inovações tecnológicas em busca de proporcionar desenvolvimento econômico e social.

¹ Sociedade-Rede: Termo cunhado por Manuel Castells em sua obra Sociedade em Rede que remete às sociedades interligadas globalmente por tecnologias da informação e comunicação que promovem interações e mudanças simultâneas no âmbito da organização econômica, político e social das sociedades conectadas. (Castells, 2006)

Em seu livro *Democracia Conectada*, o autor Eduardo Magrani argumenta que na sociedade moderna, todos os cidadãos devem se identificar com o sistema normativo que os representa e devem, também, participar ativamente do processo de tomada de decisão. Segundo ele, se o cidadão não possuir capacidade técnico racional para participar do processo deliberativo, cabe ao poder público fornecer os meios para capacitá-lo ao invés de excluí-lo desse processo. Em um trecho do livro, Magrani (2014) destaca a fala de Hartmann sobre a importância da inclusão digital nos dias de hoje: “Fala-se em inclusão digital porque aqueles que ainda estão fora da sociedade-Rede têm cada vez mais acesso negado ao trabalho, à comunicação com os demais, ao entretenimento, ao ensino, às notícias...a lista só tende a aumentar”. (HARTMANN, 2010, p168-169. *apud* MAGRANI, 2014, p.109).

2.2. Educação e Mercado de Trabalho

Para compreender a relação da educação com o mercado de trabalho, Theodore Schultz e Gary Becker, no século XIX, criaram a teoria do capital humano, que trouxe a correlação entre educação e qualidade do trabalho. A teoria do capital humano entende que o nível de educação do indivíduo afeta diretamente a produtividade do seu trabalho, na medida em que o realiza com mais qualidade. De acordo com a teoria, o investimento na capacitação para o trabalho se torna uma variável que afeta diretamente a vida econômica do indivíduo - com aumento de ganhos salariais - e com o crescimento econômico como um todo (SCHULTZ, 1973, BECKER, 1968, *apud* TAFNER, 2006, p.121).

A educação se tornou fundamental para quem busca inserção no mercado de trabalho nos dias de hoje, pois as vagas de emprego estão cada vez mais seletivas no que diz respeito ao nível educacional. Se antes, para assumir determinada profissão não era cobrado nível de escolaridade, bastando que o indivíduo estivesse apto a realizar determinadas tarefas, como por exemplo, varrer a rua, hoje em dia, para realizar essa mesma tarefa, já é necessário que indivíduo possua, ao menos, o ensino fundamental completo.

A educação torna os indivíduos mais aptos a desenvolverem novas habilidades e a criarem novas tecnologias. Pessoas aptas a lidarem com mudanças tecnológicas rápidas representam o perfil de colaboradores que as empresas procuram para sobreviver em um mercado dinâmico como o de hoje. E as pessoas,

que por diferentes motivos de vida, não conseguem concluir, ao menos, o ensino fundamental têm cada vez menos oportunidades no mercado de trabalho, o que diminui também as chances de mudar os ganhos desses indivíduos, que na maioria das vezes, pertencem a um grupo social em condições de vulnerabilidade. Como citado por (Tafner, 2006):

A sociedade, corretamente, valoriza os méritos da educação como ferramenta para a produtividade e como mecanismo de mobilidade social. Diante disso, vão sendo forjados filtros que selecionam as pessoas em função do seu capital humano. Mas esses mesmos filtros que premiam aqueles que têm mais escolaridade punem os que não a têm. Portanto, a educação tanto é um fator de mobilidade – para os que a têm – quanto de exclusão – para os que não a têm. (TAFNER, 2006, p.132)

Tendo como base os referenciais teóricos abordados, compreende-se que é importante para a sociedade, que vive conectada, promover a manutenção da democracia e para isso é necessário que ocorra a inclusão digital dos indivíduos. Essa inclusão pode ser feita por meio de políticas públicas que promovam a capacitação para o uso da internet, para que as pessoas possam aprender a interagir online, em um processo que é chamado de “alfabetização digital”. A capacitação para o uso da internet, e das tecnologias desenvolvidas a partir dela, pode contribuir diretamente e/ou indiretamente no desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade. Um indivíduo alfabetizado e capacitado para o uso da internet e seus recursos têm mais chances de conseguir acompanhar as rápidas mudanças do mundo da tecnologia, bem como do mercado de trabalho que, a cada dia, se torna mais exigente e competitivo. Um mercado de trabalho mais competitivo implica na exclusão de indivíduos que são incapazes de acompanhar essas transformações promovidas pela tecnologia, gerando problemas sociais e estagnação econômica.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia escolhida para a realização desta pesquisa foi a abordagem mista. De acordo com Creswell e Plano Clark (2013, p.22), a abordagem de pesquisa mista “envolve suposições filosóficas que guiam a direção da coleta e da análise e a mistura das abordagens qualitativa e quantitativa em muitas fases do processo da pesquisa”. Isto é, usa-se como método de investigação a coleta e

análise de dados qualitativos e quantitativos, em um único estudo ou em várias fases de um programa, tendo como base de pesquisa suposições filosóficas. Para os autores, a combinação desses métodos proporciona um melhor entendimento dos problemas de pesquisa se comparado à análise isolada de cada um.

A análise qualitativa consiste em um estudo de alguns indivíduos e da exploração de suas perspectivas em grande profundidade (CRESWELL e PLANO CLARK, 2013, p.25). Essa exploração leva a uma análise reflexiva de caráter subjetivo do pesquisador sobre a realidade observada. O método qualitativo utiliza-se, por exemplo, de métodos de observação participante e de entrevistas em profundidade, entre outros. Já a análise quantitativa consiste em análise numérica dos dados coletados, como, por exemplo, a aplicação dos métodos estatísticos (BAUER & GASKELL, 2003, p.22-23). Esse trabalho foi realizado utilizando-se de ambos os métodos, coleta de dados numéricos com análise estatística e coleta de dados qualitativos, realizada por meio de entrevistas e análise etnográfica.

Para a realização desta pesquisa foi feito, inicialmente, o processo de imersão junto a organização escolhida, que, neste caso, foi a UnB. A imersão, segundo Silva et al (2015), consiste em uma “atividade analítico-reflexiva que utiliza técnicas de pesquisa para compreender determinados aspectos da gestão de políticas em um contexto organizacional” (SILVA *et al.*, 2015, p. 594). Esse processo durou cerca de 8 semanas, nas quais eram realizadas visitas diárias ao núcleo da organização do projeto, em períodos variados, tais visitas tinham duração aproximada de 3 a 4 horas, período em que era possível realizar a observação, assim como analisar documentos e coletar dados. Cabe destacar, que a imersão é possibilitada pela disciplina Residência em Políticas Públicas (RPP), do curso de graduação de Gestão de Políticas Públicas (GPP) da Universidade de Brasília. A disciplina é um diferencial do curso, pois possibilita a aplicação das técnicas de pesquisa aprendidas em sala de aula na prática, permitindo o contato direto do aluno com a realidade dos processos de criação, implementação, monitoramento e análise das políticas públicas no órgão escolhido. Essa metodologia de ensino e pesquisa permite que o aluno desenvolva uma autonomia no decorrer da pesquisa, seja ela no âmbito do contexto político, da política pública em si, ou da organização. Uma das ferramentas inerentes a imersão é a utilização do diário de campo, que consiste em um instrumento de uso diário, onde o pesquisador pode registrar suas

percepções, angústias, questionamentos e informações acerca do que se é observado, fazendo do diário de campo um instrumento único, pessoal e de extrema importância para análise final do pesquisador (MINAYO, 2001, p.63).

Durante a imersão, foi possível ter acesso a algumas informações cadastrais dos cursistas inscritos na plataforma digital. Essas informações foram coletadas e disponibilizadas pela equipe de tecnologia da informação (TI) do projeto e fazem referência a quantidade de inscritos, matriculados e certificados, ao gênero, idade e região do cursista que se matricula em um dos cursos da Escola do Trabalhador. Os dados disponibilizados correspondem ao período de novembro de 2017 a agosto de 2019 e foram gerados com base nas respostas dos cursistas ao questionário cadastral, sendo armazenados em formato xlsx compatível com programa Excel 2016, *software* escolhido para filtragem e análise das informações.

Os dados quantitativos coletados foram organizados nas seguintes categorias: número geral de inscritos; número de inscritos por curso; por período; por região; por gênero e por idade.

Vale salientar que a metodologia de cruzamento de informações dos cursistas com outros órgãos que monitoram o mercado de trabalho é complexa e acabaria por entrar em outra área de estudo, o qual não é objeto de interesse deste trabalho, portanto, essa pesquisa ficará limitada a análise dos dados já coletados e tratados pelo projeto.

A coleta de informações qualitativas, se deu por meio da observação participativa junto à organização e do registro das atividades desenvolvidas em diários de campo. Também foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas², ambas foram realizadas na Universidade de Brasília, sendo a primeira com a coordenadora geral, responsável pela gestão completa do projeto, e a segunda com a coordenadora da equipe pedagógica, responsável pela criação e acompanhamento de todo o material pedagógico e do desenvolvimento do cursista. As entrevistas tiveram como finalidade coletar a visão do gestor sobre o desenvolvimento do projeto, levando em consideração o contexto político e social em que este foi criado.

² Série de perguntas abertas feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento (LAVILLE & DIONNE, 1999. p.188).

No próximo tópico, foram organizados e analisados os dados coletados de forma a satisfazer as questões levantadas pelo objetivo geral e pelos objetivos específicos, com o intuito de responder à pergunta norteadora deste trabalho de pesquisa.

4. DIAGNÓSTICO DA POLÍTICA PÚBLICA

Neste tópico, serão apresentados os resultados obtidos com a análise dos dados coletados durante o processo de imersão realizado junto à organização. Contudo, antes de discutir os resultados, faz-se necessário retomar, de forma mais geral, em que consiste o projeto Escola do Trabalhador, na intenção de analisar as informações à luz do objetivo geral e dos objetos específicos, bem como de responder à pergunta norteadora: Quais as implicações do uso dos recursos tecnológico-informacionais utilizados pelo projeto de qualificação a distância, Escola do Trabalhador, para a capacitação e fomento à empregabilidade dos trabalhadores no Brasil hoje?

Como apresentado no tópico da introdução, o projeto Escola do Trabalhador é fruto de uma parceria entre Governo Federal, por meio do extinto Ministério do Trabalho, e a Universidade de Brasília. Foi criado em 2017, durante o governo de Michel Temer, e consiste em uma política pública que busca democratizar o acesso a qualificação profissional à distância, utilizando-se para isso, recursos tecnológico-informacionais com o objetivo de melhorar a empregabilidade no país. O projeto é constituído de um portal online integrado, que possui um ambiente Virtual de Aprendizagem, (AVA), onde são disponibilizados os cursos de qualificação online e ao mesmo tempo divulga notícias e realiza o monitoramento do mercado de trabalho.

A política era, até o seu encerramento, em setembro de 2019, executada pelo Ministério da Economia, que tem como uma de suas competências a formação e o desenvolvimento profissional dos cidadãos (Brasil, 2019) e é financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, vinculado ao Ministério da Economia pela Secretaria Especial de Fazenda.

- Apontar os recursos tecnológicos empregados na Escola do Trabalhador;

- Verificar quais cursos ofertados pela Escola do Trabalhador foram os mais procurados pelos trabalhadores;
- Analisar a efetividade dos cursos no que tange ao número de inscritos e de certificados por curso;
- Analisar o alcance do projeto pelos seguintes dados: número de municípios, por faixa etária e por gênero.

4.1. Os recursos tecnológicos da Escola do Trabalhador

Como descrito no trabalho realizado por Manso *et al*, (2019, p.59), a Escola do Trabalhador possui como base estrutural “características do *e-learning*³, com suportes das tecnologias da informação e da comunicação e de ferramentas do *business intelligence*, com modelos de cursos MOOC.” Os cursos a distância do tipo autoinstrucionais, ou MOOC, são utilizados através de TICs, tendo como principais meios de utilização os computadores e *smartphones* com acesso à internet. Os cursos MOOC são online e abertos para criação de conteúdo pedagógico; para acesso do público em geral; e por ser gratuito (DOWNES, 2007, apud CARMO & CARMO, 2016, p.41). Outras características dos cursos MOOC são a possibilidade de matrículas em um número muito superior ao de uma sala de aula convencional e o seu tipo de ensino sem tutoria, ou seja, sem o acompanhamento de um professor durante o curso.

Os cursos MOOC, da Escola do Trabalhador, são ofertados utilizando o Moodle como AVA. A escolha desse *software* se deve a sua popularidade e pelo fato dele ser gratuito e livre, permitindo que seja personalizado de acordo com as necessidades do seu utilizador, no caso em questão, a Escola do Trabalhador. Esses foram os motivos pelos quais a equipe optou pelo uso do Moodle, segundo a resposta dada pela coordenadora da equipe de produção pedagógica da Escola do Trabalhador, em entrevista realizada no dia 30 de outubro de 2019.

³ Aplicação de tecnologias digitais em ambientes educacionais. (MANSO *et al*, 2019, p.56)

O Moodle é um sistema de gerenciamento da aprendizagem ou *Learning Management System* – LMS (GAMEZ 2012, p.79-80), que permite a integração de diversos recursos multimídia, no processo de aprendizagem.

O processo de produção desses cursos, segundo a coordenadora pedagógica, foi feito levando em consideração que uma plataforma voltada para todo o trabalhador brasileiro reuniria pessoas com diversos níveis de domínio, conhecimento e competências. Para atender a essa demanda, os cursos foram feitos pensando em uma linguagem de fácil compreensão e intuitiva. Para auxiliar no processo de aprendizado, os cursos possuem um recurso de *feedback* inteligente, que realiza a autocorreção das atividades propostas. Para aprimorar a capacidade de aprendizado do aluno, a Escola, além de aulas em texto, também disponibiliza outros recursos midiáticos, como vídeos, animações, histórias em quadrinhos, infográficos além de ter implantado a dinâmica de jogos (gamificação) (MANSO *et al*, 2019, p. 58).

A Escola do Trabalhador possui dois tipos de cursos, os que seguem em trilhas e os que são isolados. Um exemplo de curso que segue em trilhas é o curso de Excel, o qual é composto por 3 cursos do mesmo conteúdo, mas que agrega níveis de dificuldade e aprofundamento diferentes (básico, intermediário e avançado). Já os cursos em trilha visam atingir diferentes níveis de competência, conhecimento e habilidade dos trabalhadores que procuram os cursos na plataforma, segundo a resposta dada pela coordenadora da equipe do pedagógico em entrevista realizada para esse trabalho.

4.2. Análise dos cursos

O Portal Escola do Trabalhador ofertava - até o término deste trabalho - 36 cursos de qualificação do tipo MOOC. Os cursos estavam divididos em 12 eixos temáticos, como ilustrado na tabela 2 do tópico introdução. A fim de conhecer os cursos mais procurados pelo público, os dados foram organizados e filtrados utilizando-se da ferramenta Excel 2016 para criar uma tabela (tabela 3) contendo o número de inscritos por curso ofertado na plataforma online:

Tabela 3 - Número de inscritos por curso ofertado

Curso	Nº inscritos	%
1.Agenciamento de viagens	14726	1,96%
2.Agente Comunitário de Saúde - Planejamento e desenvolvimento das ações do ACS no SUS	5829	0,78%
3.Análise de Investimento	17136	2,28%
4.Análise de riscos na construção civil	18937	2,52%
5.Comunicação Escrita para o Trabalho	11174	1,49%
6.Conhecendo a Função de Agente de Microcrédito	1851	0,25%
7.Conhecendo o perfil do agente comunitário de saúde e o seu processo de trabalho	14766	1,97%
8.Criando um negócio de sucesso	19639	2,62%
9.Cuidando de Pessoas Idosas	26775	3,57%
10.Demonstrações Contábeis e sua Análise	21463	2,86%
11.Economia Solidária	197	0,03%
12.Edição e tratamento de imagens	31153	4,15%
13.Elaboração de folha de pagamento de empresas	21238	2,83%
14.Empreendedorismo na pesca	784	0,10%
15.Espanhol aplicado ao trabalho	54969	7,32%
16.Excel Avançado	77521	10,33%
17.Excel Intermediário	44574	5,94%
18.Ferramentas de Gestão de Pessoas	2822	0,38%
19.Fundamentos e Processos de gestão de Recursos Humanos	29914	3,98%
20.Gestão da Qualidade	34149	4,55%
21. Higiene na indústria de alimentos	16827	2,24%
22.Identidade Visual e Gestão de Clientes	4117	0,55%
23.Inglês aplicado ao trabalho	86398	11,51%
24.Internet das coisas Arduino	4934	0,66%
25.Introdução à Fotografia	1074	0,14%
26.Introdução ao Excel	84023	11,19%
27Introdução ao LibreOffice Calc	1256	0,17%
28.Jornada Empreendedora	588	0,08%
29.Krita	580	0,08%
30.Meio Ambiente Introdução ao Ciclo de Vida	1256	0,17%
31.Planejamento de negócios na pesca	365	0,05%
32.Português básico para o mundo do trabalho	33756	4,50%
33.Português para Hispanofalantes	1132	0,15%
34.Processos Industriais	18358	2,45%
35.Segurança da Informação	46208	6,15%
36.Tecnologias de uso racional da água Ambientes Domiciliares	253	0,03%
Total	750742	100,00%

Fonte: a própria autora.

Os cursos foram enumerados e organizados em ordem alfabética para evitar repetições ou erros na contagem. Analisando os dados referentes ao número de inscritos, é possível notar que os 5 cursos mais procurados pelo público são respectivamente: Inglês aplicado ao trabalho (11,51%); Introdução ao Excel (11,19%); Excel avançado (10,33%); Espanhol aplicado ao trabalho (7,32%); e por fim, Segurança da informação (6,15%).

Levando em consideração os números apresentados, pode-se observar que os cursos mais procurados estão associados ao desenvolvimento de habilidades muito requisitadas pelo mercado de trabalho moderno, como, por exemplo, o conhecimento básico em inglês e espanhol e o conhecimento da ferramenta de planilha de cálculos Excel. A procura pelo conhecimento básico em um idioma estrangeiro pode estar associada ao fenômeno da globalização, que trouxe como consequência dos avanços tecnológicos a troca acelerada de informações entre os países, tornando o conhecimento de pelo menos um idioma estrangeiro, um diferencial no currículo do trabalhador, que hoje precisa lidar com informações e com um público oriundo de diversos países. Já a procura pelo curso da ferramenta de planilha de cálculos Excel, pode ser explicada pela grande utilização dessa ferramenta em diversos setores do mercado de trabalho. A demanda por trabalhadores que saibam utilizá-la é muito alta, pois ela permite uma infinidade de funções voltadas para a criação de planilhas e gráficos, partindo do modelo mais simples, até alcançar os modelos mais complexos e completos, assim como também é utilizado para a realização de cálculos com diversos níveis de complexidade, o que permite transformar números em informações relevantes. Já o curso de segurança da informação, tem relação com a quantidade de informações importantes que circulam na rede, sejam informações da empresa, ou pessoais, muitas dessas informações podem ser usadas de forma criminosa, para isso, é importante que o trabalhador saiba lidar com a segurança dessas informações importantes na rede.

Analisando esses números, segundo Tafner (2006), a procura por indivíduos que saibam manipular ferramentas tecnológicas é alta no mercado de trabalho moderno, pois um indivíduo que sabe lidar com essas tecnologias tem mais chances de se adaptar as rápidas mudanças tecnológicas do mercado de trabalho e essa

rápida adaptação está diretamente relacionada ao nível de educação do indivíduo. Segundo ele, indivíduos mais instruídos são mais capazes de aprender novas funções rapidamente, se comparado a um indivíduo com baixo nível educacional.

4.3. Análise de público da Escola do Trabalhador

Como mencionado em outros tópicos, os dados apresentados a seguir correspondem ao período de 17 de novembro de 2017 a 15 de agosto de 2019, quando foram encerradas novas matrículas no portal.

A fim de traçar um perfil mais geral do público que procura os cursos da Escola do Trabalhador, a seguir serão apresentados os resultados em forma de tabelas:

Tabela 4 - Número de inscritos por gênero

Feminino	427855	57%
Masculino	322783	43%
Total	750742	100%

Fonte: a própria autora.

A tabela 4, apresenta o número total de inscritos divididos por gênero masculino e feminino. Como observado, o público feminino representa 57% das inscrições, enquanto o masculino representa 43%. Segundo dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (2017), sobre indicadores sociais, a faixa etária dos 30 aos 49 anos é a que mais têm participação no mercado de trabalho, apresentando uma taxa de ocupação de 81,5% em 2018. Já a faixa com maior desocupação, são os jovens entre 14 e 29 anos, com 22,6%. Ainda segundo o IBGE, os homens entre 30 e 49 anos, representam 91,8% da taxa de participação no mercado de trabalho, enquanto que as mulheres nesta mesma faixa etária, representam 72,0%. O que podemos observar com esses números é que, mesmo as mulheres tendo uma participação menor no mercado de trabalho, em comparação com os homens, elas são as que mais buscam qualificação no portal Escola do Trabalhador.

Com relação à faixa etária dos inscritos, a maioria se concentra entre os 16 e 49 anos, com um total de 700.385 inscritos, representando 93% do público total, tendo um destaque entre os jovens de 20 a 26 anos. Esse público corresponde a

faixa etária que mais acessa a internet no país, segundo constatado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua –PNAD, 2016 e 2017, realizada pelo IBGE, sobre uso da internet no país (Gráfico em Anexo I).

A pesquisa fez uma comparação entre os dados coletados pela PNAD em 2016 e 2017; os resultados mostraram que houve crescimento no acesso à internet em todas as faixas etárias e que 97% dos entrevistados usam o celular como principal meio de acesso. Os grupos etários que mais acessam a internet, de 14 a 39 anos, atingiram um percentual acima de 80% em 2018, enquanto que grupo etário com 60 anos, ou mais, ainda são os que menos acessam a internet, atingindo um percentual de apenas 31,1% (IBGE-a, 2018).

A região que detém o maior número de inscritos no portal é a sudeste, como demonstrado na tabela 5.

Tabela 5 - Número de Inscritos por região

Região	Nº inscritos	%
Norte	57183	7,62%
Nordeste	160335	21,36%
Centro Oeste	87847	11,70%
Sudeste	348277	46,39%
Sul	96383	12,84%
Não Informada	717	0,10%
Total	750742	100,00%

Fonte: a própria autora.

Esse resultado foi alavancado pelo Estado de São Paulo, que sozinho alcançou quase 25% do total de inscritos (ver Anexo I, que separa o número de inscritos por unidades federativas). A região norte é a que menos acessa aos cursos do portal, concentrando apenas 7,62% do total de acessos. O maior número de acesso da região sudeste, pode ser explicado devido a região abrigar os dois estados mais populosos do país que são: São Paulo, com uma população de 12.176.866 e o Rio de Janeiro, com população de 6.688.927 (IBGE-b, 2018) e por ser a região que mais acessa a internet no país, segundo PNAD de 2016 (IBGE-c, 2018). A explicação para o baixo acesso da região Norte pode estar relacionada

com as condições estruturais de acesso à internet, que segundo o IBGE, foi a região que apresentou menor percentual de domicílios com acesso à internet banda larga fixa, com apenas 48,8% dos domicílios tendo acesso, enquanto que nas demais regiões os valores estavam acima de 70% (IBGE-a, 2018). Esses números, evidenciam que existe uma reprodução das desigualdades entre as regiões, no que diz respeito as estruturas e as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, já que a região sudeste concentra grande parte do mercado de trabalho do país, o que também pode justificar a maior procura por capacitação profissional nesta região. Vale ressaltar que a Escola do Trabalhador registrou matrículas em 5451 municípios brasileiros, do total de 5570, o que representa um alcance de 97,8% do território nacional.

Essas informações vão ao encontro de um estudo realizado no ano de 2018 pelos autores Danielle Nogueira, Wilsa Ramos, Lívia Melo, Janaína Teixeira e Rute Bicalho e publicado em 2019 pela revista de Inclusão Social do Ibict. Os autores obtiveram as mesmas constatações sobre o Sudeste ser a região de maior participação devido a densidade populacional, sobre a maioria do público da Escola ser formado por mulheres e sobre a faixa etária majoritária ser composta por pessoas na faixa dos 18 a 24 e de 30 a 39 anos, o que corresponde a faixa etária encontrada neste trabalho (NOGUEIRA, 2019). O que mostra que os números mantiveram as mesmas tendências em 2019. Além dessas informações, o grupo de pesquisa teve acesso a informações de escolaridade dos cursistas e constatou que a maioria do público que procura a escola do trabalhador é composta por indivíduos que concluíram o ensino médio (29,0%). De acordo com dados do IBGE (2017), em 2017 foi constatado em um universo de 168.204 indivíduos em idade de trabalhar, que 62.373, não possuem instrução ou não concluíram o ensino fundamental, o que representa 37% do total, enquanto aqueles que concluíram o ensino médio compreendem a 32%. Essa parcela que não concluiu o ensino fundamental apresentou o menor percentual de participação no mercado de trabalho, com apenas 45,8%, enquanto que os indivíduos que concluíram o ensino médio apresentaram uma taxa de 75,2% de participação. Ou seja, a maior parte da população em idade de trabalhar não possui instrução mínima e, portanto, tem menos participação no mercado de trabalho; quem possui o ensino médio tem mais participação no mercado de trabalho. Essa constatação está de acordo com o que

foi apontado por Tafner (2006) sobre quem tem menos estudo tender a ter menos participação no mercado de trabalho em um cenário de rápidas mudanças.

4.4. Análise dos números de certificados por curso

As matrículas em novos cursos foram encerradas no dia 15 de agosto de 2019. A última informação divulgada pelo portal sobre número de matrículas, número de alunos e quantas qualificações, foram divulgadas no dia 25 de setembro de 2019, e corresponde aos números apresentados pela tabela 6.

Tabela 6 - Números divulgados pelo portal no dia 25 de setembro de 2019

Matrículas	1285425
Alunos	750727
Qualificações	227849

Fonte: a própria autora.

Apesar do encerramento de novas matrículas, os alunos que estavam matriculados e que não haviam concluído os cursos ganharam um prazo extra de aproximadamente 30 dias para concluir e emitir seus certificados. A tabela 7 mostra o número de certificados emitidos por curso após o encerramento das atividades, no dia 30 de setembro de 2019.

Tabela 7 - Número de certificados por curso

Curso	Nº de inscritos
Introdução ao Excel	25806
Inglês aplicado ao trabalho	22825
Espanhol aplicado ao trabalho	16941
Gestão da Qualidade	13971
Segurança da Informação	13833
Fundamentos e Processos de gestão de Recursos Humanos	13822
Português básico para o mundo do trabalho	12214
Cuidando de Pessoas Idosas	11643
Elaboração de folha de pagamento de empresas	10204
Análise de riscos na construção civil	9552
Excel Intermediário	8895
Comunicação Escrita para o Trabalho	8748
Processos Industriais	8139

Demonstrações Contábeis e sua Análise	8099
Edição e tratamento de imagens	7313
Criando um negócio de sucesso	7270
Higiene na indústria de alimentos	6349
Conhecendo o perfil do agente comunitário de saúde e o seu processo de trabalho	5114
Agenciamento de viagens	4573
Excel Avançado	4505
Análise de Investimento	4479
Identidade Visual e Gestão de Clientes	1882
Ferramentas de Gestão de Pessoas	1026
Português para Hispanofalantes	823
Introdução ao LibreOffice Calc	813
Meio Ambiente Introdução ao Ciclo de Vida	707
Empreendedorismo na pesca	686
Internet das coisas Arduino	494
Agente Comunitário de Saúde - Planejamento e desenvolvimento das ações do ACS no SUS	488
Conhecendo a Função de Agente de Microcrédito	450
Planejamento de negócios na pesca	439
Tecnologias de uso racional da água Ambientes Domiciliares	331
Introdução à Fotografia	304
Jornada Empreendedora	230
Krita	214
Economia Solidária	174
Total de qualificações	233356

Fonte: a própria autora.

Entre a última divulgação (tabela 7) e o número final de qualificações até o encerramento oficial do projeto, houve um aumento de 5.507 novos certificados.

Tabela 8 - número de alunos, matrículas e qualificações até o dia 30/09/2019

Alunos	750727
Matrículas	1285425
Qualificações	233560

Fonte: a própria autora.

Quando analisamos o número de qualificações após o encerramento das atividades do projeto, em relação ao número de alunos (lembrando que novas matrículas foram encerradas no dia 15 de agosto, portanto, não houve alteração do

número de alunos e de matrículas do dia 25 de setembro até o dia 30 de setembro, vide tabela 8), nós podemos observar que o número de certificados emitidos, corresponde a 31% do total de alunos. Ou seja, 31% dos alunos que se inscreveram na plataforma conseguiram obter certificação em pelo menos um curso. Já analisando pelo número de matrículas (lembrando que um mesmo indivíduo pode se matricular em vários cursos), podemos observar que essa relação correspondeu a apenas 18% do total de matrículas, mostrando que muitos cursistas, apesar de matriculados, não concluíram o curso.

Essa não conclusão dos cursos pode estar relacionada a dificuldades de aprender sozinho, já que uma característica do ensino a distância é justamente a autodisciplina e o aprendizado por conta própria, no caso de cursos sem tutoria, como a Escola do Trabalhador. Segundo Tafner (2006, p.124):

o trabalhador com escolaridade igual a média do país não tem autonomia para buscar informações, para receber instruções mais complexas ou produzir comunicações escritas de certa complexidade. Não é capaz de aprender por conta própria, sem a tutela e a mediação de professores e tutores [...] Além disso, como a maioria dos empregos depende cada vez mais de empresas pequenas ou microempresas, o baixo nível educacional dos seus proprietários e funcionários os isola da modernidade, da informação e dos bons hábitos de trabalho.

A fala da coordenadora da equipe do pedagógico também caminha para o mesmo pensamento quando afirma que entre os limitadores do alcance da Escola do Trabalhador, estão relacionados com o nível de domínio de uso da internet e de dificuldades com a leitura. Segundo a coordenadora,

[...] nós evitamos muito na Escola do Trabalhador, mas muitos cursos ainda são muito baseados em leituras e muito texto. Isso também pode ser um grande dificultador para quem não tem uma compreensão leitora, principalmente em suporte digital, formada. Então ele é um tipo de leitor, que ele lê, mas que ele tem uma suspensão de sentidos, porque não compreende determinadas questões que estão sendo colocadas. Então isso são sempre limitadores para a aprendizagem.

4.5. Dificuldades encontradas na gestão do Projeto Escola do Trabalhador

A entrevista realizada com a coordenadora geral buscou conhecer, na visão de um gestor, as maiores dificuldades encontradas durante a gestão do projeto. Ao responder, a professora declarou que:

Nesse projeto específico, a gente teve uma série de situações de conturbações.[...] teve a mudança do governo Dilma (2011-2016), entrou Temer (2016-2018) [...] E isso foi muito significativo no nosso projeto porque a gente passou por uma série de ministros dentro do Ministério do Trabalho, secretários, e o projeto teve solução de continuidade, ele foi tranquilo, foram sendo cumpridas as metas. Passamos por uma avaliação da Controladoria Geral da União, onde o projeto teve alguns apontamentos de ajuste. Os ajustes foram feitos e ele foi indicado a continuar. [...] na mudança de gestão, agora de 2018 para 2019, havia um entendimento de continuidade. E assim inesperadamente, sem a gente ter a oportunidade de apresentar o que era o projeto, fomos comunicados de que eles não tinham mais interesse. Então isso criou muito desgaste, tem criado desgaste até então, porque não tem muita lógica nessa decisão, em função dos resultados apresentados do que a gente tem trabalhado.

A coordenadora fez referência a decisão de encerramento unilateral do projeto como algo inesperado pela gestão do projeto. Situação que criou um desgaste para todos os envolvidos. Quando questionada sobre sua visão em relação aos números apresentados pelo projeto, a coordenadora responde:

Os resultados superaram todas as nossas expectativas mais positivas, porque o projeto tinha uma visão de disponibilizar até 6 milhões de vagas, por conta do número de desempregados, a gente teve efetivamente 1.285 mil vagas ocupadas, numa perspectiva assim, sem propaganda, tendo trabalhado o ano inteiro com várias situações de derrubada do projeto.

Com isso, a coordenadora fez referências as dificuldades encontradas com o Ministério da Economia, onde houve a derrubada do endereço do portal na internet, fazendo a equipe construir um novo endereço. O bloqueio de acesso aos dados de CPF's dos novos cursistas, o que impediam novas matrículas. Ela conclui dizendo:

O retorno de 2 a 3 mil inscrições diárias, em um projeto “chapa-branca”, com todos os problemas que a gente teve com o Ministério do Trabalho de troca de ministro, de denúncia de corrupção, de problemas, as pessoas viam que aquilo não tinha nada a ver com esta situação. É um projeto voltado para o interesse do cidadão.

Ainda segundo a coordenadora, existiu um problema de entendimento no conceito do que significa uma pesquisa. Para ela, o projeto estava sendo avaliado como prestação de serviço, o que não corresponde ao objetivo da parceria. Na fala dela:

Você não está comprando uma pesquisa. Você está sendo parceiro em uma elaboração de uma metodologia que vai impactar na melhor aplicação da política pública, é isso que a gente está entregando. Um trabalho de consultoria, de avaliação, de cruzamento de dados com uma destinação fim de melhorar a política pública para otimizar, e isso o ministério não viu.

Pela análise da gestora, pode-se perceber que alguns dos problemas que podem surgir dentro de uma política pública não, necessariamente, estão relacionados com a política pública em si, mas, sim, com questões políticas e ideológicas. Segundo ela, as mudanças constantes de altos cargos de gestão podem acarretar mudanças de visão sobre como solucionar o mesmo problema, e podem, como consequência dessas mudanças, acarretar no fechamento e na criação de novas políticas públicas. Esse tipo de situação, ainda segundo a coordenadora, não está no controle de um gestor de políticas públicas que não ocupa cargo eletivo, como foi o caso nesta política pública. São situações que podem ocorrer e que o gestor nem sempre está preparado para enfrentar.

O fato da descontinuidade do projeto ter sido consolidado após uma ruptura de pensamento político-ideológico, ocorrida pela troca de governo reforça alguns pontos levantados por Howllet et al (2103), sobre o processo de encerramento de uma política ser algo difícil, devido a legados do passado. Requer, muitas vezes:

uma guinada ideológica no governo e na sociedade que permita a emergência de julgamentos mais ou menos uniformes sobre o sucesso ou insucesso, e esse consenso amplo é muito frequentemente necessário para tornar incontestável a descontinuidade visada (HOWLLET ET AL, 2103, p.213-214.).

Ainda nessa linha de pensamento, os autores citam Paul Sabatier (apud HOWLLET et al, 2013, p.231), argumentando que “as mudanças nos aspectos centrais de uma política em geral resultam de distúrbios ou fatores não cognitivos externos ao subsistema, como condições macroeconômicas ou ascensão de uma nova coalizão sistêmica de governo”. O que mais uma vez pode justificar o fato de o projeto ter sido encerrado após uma alteração governamental que envolveu, inclusive, questões de caráter político-ideológico. Os autores explicam, ainda, que “as dinâmicas normais e atípicas das políticas estão interligadas num padrão dominante de mudança política, que pode ser descrito como ‘equilíbrio pontuado’” (HOWLLET et al, 2013, p.233-234). Eles explicam que a política segue, na maior parte do tempo, tendo mudanças pouco significativas e pouco inovadoras, seguidas de mudanças abruptas que rompem de forma profunda com a forma como as políticas eram desenvolvidas anteriormente. E isso, é claro, implica mudança de como as políticas públicas são feitas. O problema dessas mudanças é que elas dificilmente ocorrem sem acarretar prejuízo no uso dos recursos públicos ou interrupção da prestação de um determinado serviço para o público, reduzindo o potencial democratizante das políticas públicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Escola do Trabalhador é fruto de uma parceria de pesquisa e extensão entre Governo Federal, hoje representado pelo ministério da Economia e a Universidade de Brasília. Este projeto consistiu em uma política pública que busca democratizar o acesso à qualificação profissional a distância, utilizando-se, para isso, recursos tecnológico-informacionais com o objetivo de melhorar a empregabilidade no país.

Para a compreensão dessa política foram verificados neste trabalho os aspectos que tangem as implicações do uso dos recursos tecnológico-informacionais utilizados pelo projeto de qualificação a distância, Escola do Trabalhador, para a capacitação e fomento à empregabilidade dos trabalhadores no Brasil.

O Moodle foi a ferramenta escolhida para a criação do ambiente de aprendizagem virtual e os principais meios de propagação do curso estão voltados

para computadores e *smartphones* com acesso à internet. Como a política pública utiliza a internet como seu principal meio de difusão, em locais cujo o acesso a computadores, *smartphones* e internet não é viável, os indivíduos dessas áreas ficam, de certa forma, excluídos da política pública. Mesmo que o indivíduo possa ter acesso ao conteúdo de forma *offline*, para realizar as atividades propostas, os testes e responder o questionário de satisfação é necessário que possua acesso à internet, inclusive para emitir seu certificado digital. A exemplo disso, a região Norte apresentou menor percentual de domicílios com acesso à internet banda larga fixa do país, com apenas 48,8% dos domicílios com acesso a internet e o menor número de inscritos no portal.

As principais constatações sobre o público da Escola do Trabalhador é de que ele é constituído, em sua maioria, por mulheres que residem na região sudeste e estão em idade produtiva para o mercado de trabalho. Devido à falta de informações complementares, não foi possível constatar se esse público está ou não inserido no mercado de trabalho, ou se está em busca de oportunidades. Com relação ao alcance do projeto, foi constatado que ele possui uma alta cobertura geográfica, estando presente em mais de 97% dos municípios brasileiros e alcançou um público de diversas faixas etárias, tendo uma margem de alcance de até 35 anos de idade, considerando o maior público de 14 até os 49 anos. Já sobre os cursos mais procurados e sobre o número de qualificações, foi possível constatar que os cursos com maior procura estão voltados para os cursos de habilidades mais generalistas, como os de língua estrangeira, inglês e espanhol aplicado ao trabalho, de Excel e de segurança da informação. Esses cursos também apresentaram a maior taxa de conclusão entre os cursos oferecidos pela plataforma.

Como discutido anteriormente, essa procura por cursos de idiomas e de ferramentas tecnológicas pode ser explicada pela alta demanda do mercado globalizado de trabalhadores que saibam falar mais de um idioma e de trabalhadores que saibam lidar com a rapidez com que se criam e propagam informações por meio de computadores. E a alta procura por esses cursos demonstra que, de fato, o brasileiro sente a necessidade de se qualificar para conseguir uma colocação no mercado de trabalho.

No que tange às limitações do projeto, a Escola do Trabalhador não consegue atingir todo o público alvo, pois parte desse público se encontra na zona

de baixa alfabetização e com acesso à internet precário em determinadas regiões. Essas limitações vão além do que se propôs o projeto, cabendo aos governos locais a criação de políticas públicas de educação e de fomento ao acesso à internet, capazes de sanar tais limitações. A baixa escolaridade, ou a má formação da população, pode ser uma das explicações para o baixo número de conclusão dos cursos, que representou 18% do total de matriculados. Mas apenas pesquisas complementares seriam capazes de corroborar com essa afirmação, além de fornecer novas informações a respeito desse comportamento que pode vir a se repetir em outras políticas públicas semelhantes.

No que se refere à gestão, um dos grandes desafios foi a dificuldade em lidar com a mudança de entendimento da equipe do Ministério da Economia sobre a Escola do Trabalhador. A mudança de entendimento culminou na decisão pelo encerramento unilateral do projeto antes de sua conclusão. Para o gestor esse é um desafio, pois muitas vezes questões que não estão sob seu controle, como questões políticas, por exemplo, podem interferir diretamente no andamento e no resultado da política pública.

De modo geral, o projeto buscou democratizar o acesso a qualificação profissional utilizando-se, para isso, recursos tecnológicos que, de fato, podem promover o acesso irrestrito de usuários, e que em uma sociedade que vive conectada em rede, a utilização da internet é a maneira mais viável. Porém, em um país que sofre com problemas educacionais e estruturais, para os indivíduos que sofrem com essas limitações, que normalmente são os que mais precisam de qualificação, acabam por serem excluídos devido à falta de políticas públicas educacionais e de acesso à internet.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, José. C. A. **Os primórdios do EAD no ensino superior brasileiro**. IN Fredric M. Litto & Marcos Formiga (Org.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo. Pearson Education do Brasil. 2012. volume 2. Cap.1. p.2-5.
- BAUER, M. W. & GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**, 2ª ed. Editora Vozes. RJ. Petrópolis, 2003.
- BRASIL. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. **Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios**. Presidência da República, 2019., Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm>. Acesso em novembro de 2019.
- BRASIL. Lei nº10.097, de dezembro de 2000. **Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**. 2000. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm>. Acesso em maio de 2019.
- CARMO, Hermano; CARMO, Teresa, M. **Valor dos Massive Open Online Course (MOOC) na educação para a cidadania**. 2016. Inclusão Social, IBICT. Brasília, DF, v. n.1, p-19-32, jul./dez. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/issue/viewFile/230/29>>. Acesso em novembro de 2019.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em rede. São Paulo. Paz e Terra, 2005. v. 1. 8ªed.
- CRESWELL, John W. CLARK, Vicki L. Plano. **Pesquisa de Métodos Mistos**. Porto Alegre. Penso, 2013.
- ESCOLA DO TRABALHADOR. 2017. Disponível em:<<https://www.escoladotrabalhador.gov.br/cursos/>>. Acesso em maio de 2019.
- GAMEZ, L. Competência digital e a EAD. Educação a distância: o estado da arte. São Paulo. Pearson. 2012, v.2, p.75-82.
- HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política Pública, Seus Ciclos e Subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2013.
- IBGE. Síntese de indicadores sociais – SIS. 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=23289&t=downloads>>. Acesso em novembro de 2019.

IBGE-a. **PNAD Contínua TIC 2017: internet chega a três em cada quatro domicílios do país.** 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>>. Acesso em novembro de 2019.

IBGE-b. **IBGE divulga as estimativas de população dos municípios para 2018.** 2018. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22374-ibge-divulga-as-estimativas-de-populacao-dos-municipios-para-2018>>. Acesso em novembro de 2019.

IBGE-c. **PNAD contínua TIC 2016: 94,2% das pessoas que utilizam a internet o fizeram para trocar mensagens** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens>>. Acesso em novembro de 2019.

MAGRANI, Eduardo. **Democracia Conectada.** Curitiba. Juruá, 2014.

MANSO, B.; MAIA, N.; FERREIRA, R.; COSTA, F. **A Escola do Trabalhador: e-learning aplicado em política pública de empregabilidade.** Inclusão Social, Ibict. 2019. Brasília, DF. v.12, n.2, p. 52-63. Jan/jul. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/issue/viewIssue/274/55>>. Acesso em novembro de 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf>. Acesso em maio de 2019.

PORTAL DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (2018). Ministério do Trabalho. **Sobre o FAT.** Disponível em: <<https://portalfat.mte.gov.br/codefat/resolucoes-2/resolucoes-por-assunto/geracao-de-emprego-e-renda/linhas-de-creditos-especiais/fat-giro-cooperativo-agropecuario/sobre-o-fat/>>. Acesso em maio de 2019.

PORTAL EMPREGA BRASIL (2017). Ministério do Trabalho. **Ministério do Trabalho lança Escola do Trabalhador.** Disponível em: <<https://empregabrasil.mte.gov.br/551/ministerio-do-trabalho-lanca-escola-do-trabalhador/>>. Acesso em maio de 2019.

SILVA, S. d., TEIXEIRA, G. D., BARBOSA, S. T., ARAÚJO, S. G. (jul. /set de 2015).

Residência em políticas públicas: uma experiência inovadora de formação.

Cadernos de pesquisa. v.45. n.157, p. 588-611. Disponível em :

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000300588&lng=pt&tlng=pt)

15742015000300588&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em maio de 2019.

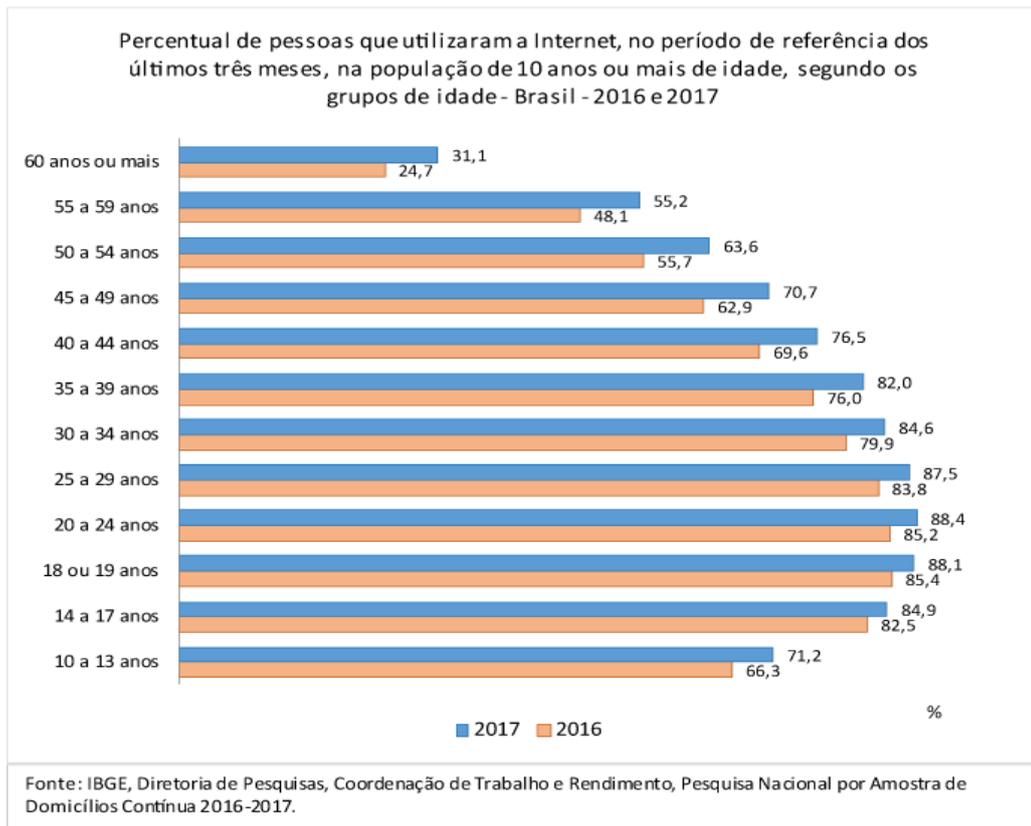
TAFNER, Paulo. **Educação no Brasil: atrasos conquistas e desafios.** Brasil: o

estado de uma nação. 2006. V02. Cap.3 p. 121-228.

ANEXOS

ANEXO I

Percentual de pessoas que acessam a internet no país por faixa etária



ANEXO II

Número de inscritos por Unidade da federação

UF	nº inscritos
AC	2399
AL	9551
AM	15418
AP	2161
BA	45978
CE	30737
DF	43151
ES	15637
GO	25486
MA	14279
MG	72773
MS	9268
MT	9942
NI	717
PA	24054
PB	10784
PE	28142
PI	6756
PR	41132
RJ	72928
RN	9150
RO	7164
RR	1761
RS	37306
SC	17945
SE	4958
SP	186939
TO	4226
Total	750742

Fonte: a própria autora.